



Contextualização pelo autor Alexandre Müller Hill Maestrini



Professor de alemão e escritor, **Alexandre Müller Hill Maestrini** publicou em 2015 **‘Cerveja, Alemães e Juiz de Fora: A história do Polo Cervejeiro de Juiz de Fora’**, em 2018 **‘Franz Hill: Diário de um Imigrante Alemão’**, em 2021 **‘Lindolfo Hill: Um outro olhar para a esquerda’** e em 2022 lançou o livro-homenagem **‘Arte Sutil: A-Deus Borboleta Azul’**.

Em primeiro lugar agradeço a todos os entrevistados e as entrevistadas, aos colaboradores e a todos que não pude entrevistar. Reverencio todas as suas ancestralidades e também reverencio as futuras gerações. Para entender este livro é necessário entender o contexto no qual eu escrevi em virtude da minha branquitude. Acredito na informação como o caminho que nos leva à transformação da sociedade. Tenho um mandamento pessoal que é: “dar gratuitamente o que eu recebi de graça”.

Eu sei que não vim ao mundo como racista, porém hoje tenho a consciência, que sim, aprendemos a ser racista através das observações desde pequenino em práticas corriqueiras que moldam as crianças brancas através do copiar as atitudes do seu entorno, e que com dificuldade temos a chance de contestar. Confesso que com o passar do tempo foi se naturalizando o meu lugar de privilégio, que se tornou uma zona de conforto, mais conhecida como ‘Branquitude’. Imagine leitor que eu nunca tive que trabalhar enquanto estudava na parte da manhã, tinha empregada e podia descansar de tarde e fazer esporte na parte da noite.

Com excelente escola passei no vestibular e fui para a faculdade gratuita sem ter que trabalhar nem pegar empréstimo. Ao me formar já tinha as portas abertas e, após morar vinte anos na Europa, voltei para o Brasil em 2010. Para minha surpresa cheguei em uma Juiz de Fora que eu não enxergava antes, para mim um novo cenário social: “percebi que minha visão de mundo é que tinha mudado”. Não foi sem dor o ato de admitir que em nosso país, depois de 1888, após abolição da escravatura, sempre existiu um racismo

perverso que estruturou nossa sociedade com privilégios para uns e luta pela sobrevivência para outros. Meu círculo social naturalizou em chamar esses nossos privilégios de ‘meritocracia’. Como assim? Questionei. Que meritocracia é essa quando nós brancos já saímos lá na frente dos negros na ‘corrida’ da vida?

Existem de fato duas histórias, uma visível, escrita por príncipes, sábios, ricos, exércitos, povos conquistadores, na sua maioria brancos. A outra, invisível, dos vencidos e minorizados, no Brasil uma esmagadora população preta e parda. Percebi que na nossa sociedade brasileira ainda precisamos desconstruir as idéias subconscientes que qualquer branco é melhor do que um negro ou índio.

O país ainda insiste em esconder o racismo, que é muito mais cruel do que parece à primeira vista. A partir da abolição, vem a República em 1889, onde teoricamente todos são cidadãos. Mas a branquitude queria justificar e só tinha direito a voto quem era letrado: “ex-escravizados não sabiam ler e escrever”. Só votava quem tinha terra: “ex-escravizados não tinham nada”. Iniciou-se um novo processo de exclusão: “muitos foram jogados na rua, outros foram parar nos morros, outros colocados em manicômios, outros foram calados nas cadeias, outros estão até hoje dormindo na rua”.

Só a folha de papel é branca, todos nós brasileiros temos mais ou menos melanina. Somos todos seres humanos de igual valor.

Como pessoa ‘com pouca melanina’ que tomou consciência de seus privilégios da branquitude, procurei me posicionar sobre meu desconforto diante do cenário racista municipal: “senti a dor do outro, neste caso do negro, em mim mesmo”. Foi quando conheci o significado de Ubuntu, uma palavra da filosofia e ética antiga africana: “só sou quem sou, porque todos nós somos”. Eu me importo com todos os brasileiros e brasileiras e se um semelhante meu é afetado, eu também sou afetado. Perceber o espaço onde se vive é o primeiro passo para mudar o mundo.

Em 2015 comecei a pesquisar no Arquivo Histórico do Município de Juiz de Fora e ficou mais evidente ainda a minha ‘antiga cegueira’ e desconhecimento quanto ao importantíssimo papel dos negros na construção de Juiz de Fora. Como uma pessoa pró-ativa percebi que precisava fazer algo. Era necessário tomar uma atitude. A ideia deste projeto foi maturando aos poucos até 2023, quando decidi não ficar somente no sentimento de culpa em relação aos negros; resolvi me responsabilizar e tomar uma atitude dentro das minhas possibilidades, mas confesso que inicialmente foi paralisante, pois nunca aprendemos a não ser branco e vivermos sem os privilégios sociais.

Nesta altura da vida eu já estava com quase cinquenta anos quando percebi claramente que não haverá um Brasil bom para todos enquanto existir racismo. Em 2016 quando me candidatei a vereador vivenciei a desigualdade, conheci a periferia e comecei a buscar uma trilha antirracista, na qual saberia que não seria amado pelos brancos e privilegiados. Por minhas atitudes cheguei até a ser orientado por alguns conhecidos negros a não me meter nisso: “não é um local que te pertence e você está correndo riscos, até de vida”, escutei. Já era tarde. Neste momento senti que estava em um caminho sem volta e resolvi tomar uma atitude proativa em direção a uma sociedade mais equânime para 100% dos brasileiros e brasileiras.

Este livro é a minha contribuição crítica ao processo de eliminação do racismo no nosso país. Ainda hoje observamos atentos na sociedade que em empregos estruturantes e de baixa renda a maioria é negra. Passei a observar com olhos críticos e percebi a massa negra limpando a cidade, retirando o lixo, asfaltando as ruas, trabalhando em caixas de supermercado, atendendo nas empresas, servindo nos bares e restaurantes, construindo prédios, utilizando transporte público, aguardando nas filas do SUS, etc. Sem falar na lamentável esmagadora população carcerária, com mais de 70% de negros e pardos, escancarando o racismo estruturador, um verdadeiro ‘Apartheid à Brasileira’.

Do outro lado, o último impulso que eu precisava constatei analisando algumas estruturas de decisão do município, com altos salários, privilégios e prestígio social. Imagine que ainda em 2025, é quase inexistente a presença de negros e negras na maioria de instituições locais como Clube de Engenharia, Sociedade de Medicina, Associação Brasileira de Odontologia, Prefeito, OAB, TJMG, Câmara Municipal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Promotoria Pública, Advocacia Regional MG, Associação Mineira de Municípios, TVs e Jornais, Colunas Sociais, entre muitas outras. Locais de poder nos quais se ‘naturalizou a obviedade’ da quase exclusividade da presença de brancos e brancas, que ‘se sentem no direito’ de decidirem a vida de mais de 56% de uma população negra e parda.

Sem falar do absurdo ainda existente do ‘trabalho escravo moderno’, fiquei muito incomodado com este privilégio injusto da ‘Branquitude’, sonhava em dar visibilidade e oportunidade para nossos tesouros perdidos e desperdiçados, que são verdadeiras riquezas e potências a serem ainda garimpada nos rincões das periferias, onde temos um empreendedorismo oculto pela discriminação e preconceito, mas que vai com certeza aflorar e contribuir para mudar definitivamente nosso Brasil para uma sociedade mais próspera.

Passando para a ação, o meu objetivo com este livro foi dar visibilidade para aqueles que a sociedade juizforana sempre tentou tornar invisíveis, assim nasceu o projeto [Nossas Riquezas Pretas – biografias afro-juizforanas](#) como um [projeto antirracista do Instituto Autobahn](#) destacando expoentes e potências negras e negros, legando exemplos positivos de sucesso para as futuras gerações. Espero não escutar mais que não existem negras e negros aptos a assumirem postos de poder lado a lado com os brancos. No Brasil o colorismo cria relações desiguais, de acordo com o tom da pele; ele é um subproduto do racismo, justamente porque interfere na forma como a pessoa é vista pela sociedade. Determinando que quanto mais escuro o tom de pele, mais preconceito a pessoa sofrerá. Somente conhecendo as pessoas de verdade é que combateremos a ‘pigmentocracia’ que define até o acesso a locais que essas pessoas terão de acordo com o tom de pele.

Convicto, em 2023, iniciei com uma coluna regular no Portal de Notícias [RCWTV](#) e consegui entrevistar cinquenta e quatro profissionais. Mesmo sabendo que este meu trabalho representa somente a ponta do iceberg, as conversas foram marcadas de acordo com as disponibilidades dos convidados, porém nem todos puderam ou quiseram participar, o que não invalida meu esforço inicial de semear uma ideia e mostrar que em um município como Juiz de Fora, criado sobre as bases de um regime monarquista e escravista, ainda hoje seguimos desunidos, segregados e com marcas claras da divisão entre os que detêm o poder e aqueles que não tem acesso por conta do racismo estruturante.

Conheça mais o projeto no site <https://nossasriquezaspretasjf.com.br> e leia todas as entrevistas completas em PDF, com fotos, links e vídeos, apontando sua câmara do celular para o Código QR no início de cada autobiografia.